

THOMAS, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Odysseus Editora, 2005. 275 p. (*Literacy and orality in Ancient Greece*)

Rosalind Thomas, professora de História Antiga na Universidade de Londres, publica um livro instigante, agora traduzido para o português. Na sua abordagem, oralidade e letramento devem ser examinados conjuntamente, um em relação com o outro. As linhas drasticamente divisoras, traçadas entre os períodos de “cultura oral” e de “cultura letrada”, antes de ajudarem, diz ela, constituem verdadeiro entrave à compreensão do significado da oralidade e letramento, tanto na Antigüidade grega, como nas demais sociedades antigas. Tanto pior, atenta a autora, é o costume de rotular os séculos mais antigos como orais e os mais recentes como letrados, tratando-os como se pontuassem tradições independentes, como se a escrita tivesse encontrado uma *tábula rasa* para se fixar e, com isso, forjado, por seus próprios atributos, uma tradição de democracia, pensamento racional, entre outras “evoluções” creditadas exclusivamente à Letra.

Ora, Thomas diz enfaticamente que a atividade intelectual vincula-se fortemente à oralidade entre os gregos. Além dos *aedos* inspirados da

era arcaica, transmissores da *aléthea* das Musas, os primeiros filósofos pensam e discutem oralmente problemas complexos, bem como as decisões da *pólis* são tomadas oralmente na *Ágora*, os julgamentos são baseados em defesas e acusações orais, isso mesmo após a adoção da escrita. Os próprios retores serviam-se da escrita como auxiliar de sua oralidade e Heródoto lia seus escritos em voz alta para o público. A usual consideração de Heródoto como um exemplo da transição da oralidade para o letramento será criticada pela autora, pois “transição” implica em passagem definitiva de um estado a outro, enquanto que, como ela defende, há uma gradação tanto na oralidade quanto no letramento, bem como uma intensa interação entre ambos. A maior prova disso é a evidência inquestionável da alta atividade intelectual em forma oral, apresentada na figura de Sócrates, cujos ensinamentos nos chegaram apenas pelos escritos de Platão (e Xenofonte).

A autora preocupa-se em mostrar como o uso da escrita, desde o advento da escrita micênica (Linear

B), foi transformado e, com isso, seu significado e lugar da oralidade e do letramento. Partindo de Micenas, onde a escrita era exclusivamente utilizada pelos escribas palacianos, e de Homero, cuja poesia é o fundamento da oralidade grega, o texto delinea cronologicamente os usos a que a escrita foi gradualmente submetida, e estabelece relações com a tradição oral ao longo dos séculos. Do uso para inscrições privadas e para fins religiosos do período arcaico, às primeiras leis escritas da *pólis*, passando por Péricles (que em 440-430 a.C. teria sido o primeiro grego a falar tendo em mãos um texto escrito), a pesquisadora conclui que até os séculos V e IV aC, a *pólis* grega utilizou-se “frugalmente” da palavra escrita, e somente no séc. IV passou a ter relevância, assim mesmo vinculada à oralidade.

Questionando as teses tradicionais que afirmam que o letramento, na Grécia, foi o responsável pelas mudanças que culminaram na democracia, no pensamento racional, na filosofia e na historiografia, a autora insurge-se contra a tese do letramento como “catalisador universal” da evolução da sociedade, apontando que tais análises fundamentam-se na inadequada “correlação entre valores ocidentais, modernidade, desenvolvimento econômico e literatura”. Matriz errada, dirá, pois nem é preciso ir longe para encontrar exemplos de utilização da escrita

para fins mágico-religiosos, dos quais apresenta vários exemplos que contrariam o vínculo da escrita com os conceitos modernos de racionalidade e pensamento analítico. Hodiername, argumenta, é igualmente possível ir para outro lado e pensar o letramento como fator escravizante, como fez Lévi-Strauss. É significativo que, segundo notícias de Plutarco, os atenienses orgulhavam-se de possuir leis escritas, enquanto que os espartanos, de não precisar delas.

A abordagem mais apropriada consiste, portanto, no estudo do letramento dependendo da estrutura da sociedade que venha a utilizá-la. Nessa visão, os usos da palavra escrita são determinados pelos costumes, crenças e tradições da sociedade em que surgir. Na Grécia, o hábito de discutir idéias, as religiões oficial e marginais, a poesia dos aedos, a atmosfera de competição etc., são fatores preexistentes e determinantes dos contornos do letramento. Como defende Thomas, ao invés de modificar uma sociedade, o letramento é por ela moldado: “Talvez a escrita possa acentuar ou reforçar tendências já presentes mais do que transformá-las, mas o que é fundamental são as características preexistentes. A escrita não desce sobre uma lousa em branco.”

Na análise que faz da poesia épica homérica, a autora discute algumas das teorias vigentes, detendo-se mais longamente sobre a oral-for-

mular, de M. Parry, segundo a qual na poesia oral há uma espécie de substrato formular, herança de uma longa tradição sobre o qual o poeta tem um espaço relativamente pequeno para a criação, no momento da récita, sem que haja um processo de memorização exata. Como nem toda poesia formular é oral, os padrões métricos presentes na poesia escrita, podem muito bem ser considerados formulares. Depois da contestação e M. Parry, inaugura-se no texto o espaço para os conceitos de memória, memorização e permanência. Com pés firmes no solo da História (não abordando a sacralidade da poesia arcaica, por exemplo) diz que “Não há razão para crer que a memorização possa tolher a improvisação e a criatividade: ela pode simplesmente suplementar a improvisação e preservar as cenas mais cuidadas” ou que “O esmero não é monopólio do letrado.” A tradição oral é, para Thomas, o que é possível realizar sem a escrita e vai muito além do que nós, filhos da moderna sociedade letrada, podemos imaginar.

Claramente, comenta que “A continuidade em estilo e métodos, mesmo após o advento da escrita, é muito mais provável na Grécia antiga; é possível que a escrita nos séculos VIII e VII simplesmente duplicasse a poesia oralmente composta, em vez de feri-la de morte. A improvisação de cantos manteve-se na Grécia tardia, em simpósios e fune-

rais, por exemplo, e não há sinal de que a natureza da improvisação dos cantos báquicos fosse alterada pelo fato de alguns serem escritos.”

Conclui, após tal abordagem, que o uso da escrita, ao contrário de solapar a poesia oral, teria multiplicado as atividades dos *aedos*, pois, além das composições escritas forjarem-se segundo os mesmos moldes ágrafos, inaugura-se a possibilidade da récita de um único poema por mais de um rapsodo que, obviamente, imprime seu próprio estilo oral ao poema. Para ilustrar esta última proposição, recorre à metáfora dos modernos músicos de Jazz, que “são capazes de tocar música escrita sem destruir sua habilidade de improvisar”.

Adentra, depois de tais colocações, ao exame dos indícios e significados desses primeiros primeiros usos, e no ítem que denomina “a escrita antiga e a palavra falada”, a historiadora marca sua convicção de que, na Grécia antiga, a escrita esteve a serviço da palavra falada como possibilidade de permanência da segunda, como “asseguradora de imortalidade mediante sua permanência” ou “instrumento mnemônico para o que deveria ser comunicado oralmente”. No exame do letramento na *pólis*, Thomas indica os setores em que é possível mensurar o impacto da escrita: nas chamadas “listas de funcionários” e leis atenienses. No século V a.C., nota que mesmo com as letras, vislumbra-se

na ação do *mnémon*, do “lembrador”, figura que auxiliava nos julgamentos mediante lembrança e citação oral da jurisprudência, a presença da oralidade.

A conclusão a que nos leva a autora é que o papel da memória e da memorização, característica da oralidade, continuará fundamental na Grécia, mesmo no período helênico, quando a alta cultura passou

a ser associada ao letramento como instrumento capaz de preservar a literatura, a filosofia e a *paidéia*. É forçoso admitir que o letramento jamais se dissociou da oralidade, na sua obra. O *lógos* parece, assim, prescindir mais da letra que do seu original sentido de palavra falada.

Ivanete Pereira
(PUC-SP)

ivanetepereira@uol.com.br